

1 **ATA DA 11ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO**
2 **DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CBH GRANDE.** Aos vinte e sete dias do
3 mês de Julho do ano de dois mil de dezessete, às nove horas e vinte minutos, deu-se início a 11ª
4 Reunião do Grupo de Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de
5 Recursos Hídricos (GT Plano) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande),
6 realizada no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), situado à Rua Olinda, nº 150,
7 Bairro Alto da Boa Vista, no município Ribeirão Preto – SP. Estiveram presentes os seguintes
8 representantes: Edgar Gaya Banks Machado (ANA), Wagner Martins da Cunha Vilella (ANA),
9 Laura Bertolino de Souza Lima (IGAM/MG), Irene Sabastino P. Niccioli (DAEE), Antônio Carlos
10 Sales (Prefeitura Municipal de Andradadas), José Maurício Braga (Prefeitura Municipal de
11 Catanduva), Luiz Eduardo Carvalho Gomes (COPASA), Débora Riva Tavanti Morelli (FIESP),
12 Adriano Melo (FIESP), Caio Penna Martins (SIRVARIG), João Cabrera Filho (ABAG), José Edilberto
13 da Silva Resende (ADISMIG) e Cristiane Guiroto (ABAS). Participaram como convidados: Aída M.
14 P. Andrezza (Engecorps), Aline Luciana Dias (ABHA), Carlos Eduardo Nascimento Alencastre
15 (DAEE), Claudio Daher Garcia (DAEE), Germano Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de
16 Catanduva), Jana Alexandra (Profill), Juliana Tonet (Profill), Maria Isabela de Souza (CREA-MG),
17 Maria Luiza Granzieira (Engecorps), Mizue Terado (SABESP), Ricardo Wagner Ribeiro (ABHA),
18 Roberto Rosa (ABAG-RP), Sérgio Leal (ABHA), Tânia Regina Dias (ANA) e Valério Ribeiro (ABAG-
19 RP). A Coordenadora do GT Plano, Débora Riva, dá início à reunião e passa a palavra ao
20 Presidente do CBH Grande, Germano Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de Catanduva) que
21 faz um esclarecimento aos membros do GT Plano no que diz respeito ao Ofício nº 028/2017
22 emitido pela Diretoria do CBH Grande, na qual a Diretoria recebeu uma inquietude e passou
23 essa inquietude para o GT Plano e diz que ele assinou o ofício sem ciência se o documento estava
24 correto ou não no ponto de vista dele. Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva) diz ainda
25 que a Diretoria recebeu, entendeu e acatou o ofício nº 001/2017 emitido pelo do GT Plano em
26 resposta ao ofício nº 028/2017 tendo em vista deixar essa questão transparente visando a
27 assembleia, uma vez que a assembleia é soberana. Germano (Prefeitura Municipal de
28 Catanduva) complementa que a vontade dele é que o plano aconteça de fato, diz ainda que
29 aprendeu a pensar de forma mais sistêmica e que o tempo é um dos fatores para se enxergar
30 sistemicamente alguma coisa (ou seja, alguma coisa que não faz sentido hoje, daqui a pouco
31 poderá fazer sentido) e finaliza dizendo que no ponto de vista dele não teria necessidade da
32 emissão da carta encaminhada ao GT Plano, mas que a Diretoria recebeu a resposta desse grupo
33 e respeitou tal resposta; sendo assim a Diretoria não irá responder o ofício nº 001/2017 emitido
34 pelo GT Plano uma vez que o mesmo será respeitado e acatado. Germano (Prefeitura Municipal
35 de Catanduva) conclui sua fala dizendo que a sociedade espera que o problema da bacia seja
36 resolvido. Maria Isabela de Souza (CREA-MG) diz que o Germano (Prefeitura Municipal de
37 Catanduva) falou em nome de toda a Diretoria e deseja um bom trabalho a todos. Dando
38 continuidade à reunião, referente ao **Item 01 – Aprovação da Ata da reunião anterior**, a
39 Coordenadora, Débora (FIESP) pede para projetar as inclusões de texto realizadas após a
40 verificação do áudio na Ata da 9ª Reunião do Grupo de Trabalho, que inclusive já foi aprovada
41 para ciência dos membros. Em seguida a coordenadora do GT Plano solicita dispensa da leitura
42 da ata da 11ª Reunião do Grupo de Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano
43 Integrado de Recursos Hídricos (GT Plano) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH
44 Grande), realizada no dia cinco do mês de Julho do ano de dois mil de dezessete, na Universidade
45 Estadual de Minas Gerais (UEMG), situado à Avenida Juca Stockler, nº 1130, no município Passos
46 – MG, onde a secretaria recebeu contribuição de alteração de texto do José Edilberto
47 (ADISMIG). Em seguida, Débora diz que os apontamentos que dizem respeito a erro material de
48 digitação e/ou gramática enviados pelo José Edilberto (ADISMIG) foram atendidos; sobre a

49 solicitação de alteração de texto na fala dela, ela pede para manter a redação do texto, por se
50 tratar do posicionamento dela no grupo. José Edilberto (ADISMIG) suscita a possibilidade da
51 prática de advertência dos membros ausentes nas reuniões do GT Plano de acordo com o
52 Regimento Interno tendo em vista que muitas coisas estão sendo decididas com muitos membros
53 ausentes nas reuniões. Débora (FIESP) esclarece que não existe esta regra para o grupo de
54 trabalho. Débora (FIESP) diz que os membros Odorico Pereira Araujo (FIEMG); Carlos Wagner de
55 Alvarenga (ABES) – compromisso na empresa; João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes
56 (FAEMG) – compromisso inadiável no trabalho; Helieder Rosa Zanelli (SABESP) – procedimento
57 cirúrgico e Eduardo Goulart Collares (Fundação de Ensino Superior de Passos) – em viagem,
58 justificaram ausência. Débora (FIESP) reforça que existe entidade que possui representação do
59 GT e que o membro não participa das reuniões, porém pela deliberação de criação do GT Plano
60 não existe a regra de penalizar. José Edilberto (ADISMIG) diz que o inciso XVII do Art. 11 prevê
61 essa questão. A Secretária Executiva do CBH Grande, Maria Isabela (CREA-MG) esclarece que,
62 conforme o Regimento Interno, essa questão se refere aos conselheiros da plenária. Débora
63 (FIESP) diz que verificou a possibilidade de fomentar outras entidades assumirem o lugar desses
64 membros ausentes, porém a deliberação não permite. Quanto a Ata, José Edilberto (ADISMIG)
65 diz que em relação aos apontamentos que ele enviou para as correções na redação, no que diz
66 respeito a fala da Débora (FIESP) ele gostaria que ficasse expresso que se trata da opinião da
67 Débora (FIESP) e não um consenso do grupo. Laura (IGAM) diz que não conseguiu enviar as
68 considerações dela referente a ata: a) página 2, linha 83 – tirar vírgula, atendido; b) página 4,
69 linha 159 a 162 – solicitação de conferência no áudio referente a fala do Odorico (FIEMG); c) na
70 linha 170, solicita correção da palavra “descido” pela palavra “decidido”. Luiz Eduardo (COPASA),
71 diz que em relação a fala do José Edilberto (ADISMIG) referente a participação no grupo,
72 independente se existe ou não regimento para ação como está; considerando a importância e a
73 responsabilidade das pessoas que compõe esse grupo em avaliar, acompanhar, discutir e propor
74 aquilo que vem sendo apresentado pela empresa sobre o plano; não se sente confortável em
75 ver entidades que estão sempre justificando a sua ausência; sendo assim, sugere que o grupo
76 ou o próprio comitê faça uma comunicação a essa entidade e se for o caso substituir essa pessoa;
77 tendo em vista que foi a própria entidade que buscou participação no grupo; assim como a
78 Mizue Terado (SABESP) está substituindo o representante da SABESP; ele pergunta porque não
79 aconteceu isso com as outras entidades sugere que essa questão se está ou não no regimento
80 seja revista. Débora (FIESP) propõe que a Secretaria Executiva do CBH Grande informe através
81 de ofício a entidade ausente, mas complementa que infelizmente não existe possibilidade de
82 penalizar, tendo em vista que não existe critério para isso. A Secretária Executiva do CBH
83 Grande, Maria Isabela (CREA-MG), responde que mesmo faltando poucas reuniões para
84 conclusão desse grupo atenderá a proposta da Coordenadora do GT Plano. Wagner (ANA) diz
85 que deve ser elaborado o levantamento em questão a título de informação, reforçando a
86 importância da presença dos membros nas últimas reuniões. José Edilberto (ADISMIG) diz que
87 é necessário constar nessa correspondência: a) os históricos vem sendo desenvolvidos e b) as
88 entidades que estão ausentes nas reuniões; visando evitar que tais membro que esteve ausente
89 nas reuniões levante a voz na plenária dizendo que não concorda com pontos do plano no qual
90 já foram discutidos nas reuniões do GT Plano; que os produtos parciais estão disponíveis para
91 análise dos membros que estiveram ausentes; se em algum momento da plenária alguém
92 invocar tais questões a correspondência estará em mãos; sendo que as atas tem um valor
93 impressionante nesse momento, ou seja, esse detalhe que ele manifestou no início. Laura
94 (IGAM) diz que depois do plano aprovado o GT Plano vira um grupo de acompanhamento, então
95 é importante que essas pessoas sejam notificadas. Antônio Carlos Sales (Prefeitura Municipal de
96 Andradas) diz que tem que ser comunicado sim. Débora (FIESP) pergunta se todos estão de

97 acordo em informar as entidades ausentes, todos concordam, sendo assim existe consenso.
98 Mizue Terado (SABESP), diz que todos os órgãos fizeram a indicação, quem estiver ausente que
99 seja comunicado (resumo da pauta, lista de presença constando ausência) ao diretor e/ou
100 superintendente, agora se o responsável não tiver interesse em tal questão é de
101 responsabilidade dele. A Secretária Executiva do CBH Grande, Maria Isabela (CREA-MG) diz que
102 já existe uma planilha com as ausências, ou seja, a lista de presença das reuniões do GT Plano
103 que pode ser encaminhado e que será elaborado uma justificativa informando a importância do
104 plano e que a instituição tem a oportunidade de indicar um outro representante, se for o caso,
105 para o acompanhamento daqui para frente do plano. José Edilberto (ADISMIG) complementa
106 que a entidade precisa ser informada que os trabalhos estão evoluindo, ou seja, que as coisas
107 estão acontecendo. Em Relação a fala do Odorico (FIEMG) na qual será verificado no áudio,
108 Laura (IGAM) diz que se realmente ele falou que alguns seguimentos não concordam com o
109 plano, que seja consultado a ele quais seguimentos são esses, porque até agora no GT Plano ela
110 não viu nenhuma manifestação nesse sentido. Maria Isabela (CREA-MG) diz que a ata com falas,
111 ou colocaria na íntegra tudo, ou é elaborada uma ata executiva com os principais pontos, porque
112 lançar uma fala isolada sem todo o contexto de onde começou a discussão talvez possa chegar
113 num entendimento que não seja o correto. Laura (IGAM) diz que se essa frase foi o resumo do
114 que ele quis dizer, então eu peço para que depois ele se manifeste. Maria Isabela (CREA-MG) diz
115 que será feita a conferência porque essa questão não reflete a opinião do Odorico (FIEMG) com
116 relação ao plano; diz ainda que como ela está trabalhando na Diretoria, ela sabe que essa
117 questão não reflete a opinião do Odorico (FIEMG), então será feita a conferência de como foi o
118 desfecho da fala do Odorico (FIEMG). Débora (FIESP) diz que referente a fala dela que se trata
119 da juntada da ata do Paraíba do Sul, o número da linha é 185, atendido. José Edilberto (ADISMIG)
120 pergunta se a ata pode ser aprovada após as correções, tendo em vista a questão pontuada pela
121 Laura – conferência fala do Odorico (FIEMG) – e as solicitações alteração de redação de texto
122 que ele encaminhou à secretaria do comitê visando entender o contexto. José Edilberto
123 (ADISMIG) expõe o receio dele, que inclusive já foi colocado, no que diz respeito a
124 correspondência informando a ausência de membros que será encaminhada as entidades, em
125 transformar a ata em instrumento de defesa para essa ou aquela tese; a ata tem que ser bem
126 explicitada nesse sentido; de modo que qualquer pessoa que leia entenda o histórico; então se
127 for fazer um resumo (ata executiva) conforme a Maria Isabela (CREA-MG) mencionou a pessoa
128 vai ficar pedida; até porque é um documento e todos tem o direito de se manifestar desde que
129 se reflita exatamente naquela fala, da forma não isolada e sim na reunião inteira que
130 participamos. Débora (FIESP) coloca que as reuniões têm sido longas com muitos assuntos e
131 vários posicionamentos, algumas pessoas falam longe do microfone, ou seja, não sai na gravação
132 do áudio. Maria Isabela (CREA-MG) diz que com relação a fala do Odorico (FIEMG) será
133 verificado; com relação aos seus pontos José Edilberto (ADISMIG) foram elencados um a um pela
134 secretaria do comitê, onde os apontamentos referentes a erro material de digitação e/ou
135 gramática foram atendidos e os outros apontamentos foram elencados para serem colocados
136 para o grupo e se o grupo entender podem ser incluídos ou da forma como o José Edilberto
137 (ADISMIG) colocou podemos fazer as alterações de uma vez. Maria Isabela (CREA-MG) reforça e
138 esclarece que todos os pontos solicitados estão elencados e se o grupo quiser poderá ser
139 passado ponto por ponto que se referem a fala dela; e que ela precisa que a fala dela conste
140 conforme a gravado no áudio. José Edilberto (ADISMIG) diz que em relação a fala da Maria Luiza
141 (Engecorps) falta muita coisa do que ela falou (“a base é a boa-fé), então o contexto da discussão
142 da reunião é muito importante. Maria Isabela (CREA-MG) pergunta ao José Edilberto (ADISMIG)
143 se ele quer que coloca o áudio nesse ponto da fala da Maria Luiza (Engecorps) para esclarecer:
144 linha 176, no ponto 02:07:56 do áudio do 1º dia no período da manhã não consta a questão

145 colocada na fala dela. José Edilberto (ADISMIG) responde que não nesse caso especificamente;
146 que concorda com a fala da Débora (FIESP) porque existe conversa paralela e pode ser que o
147 áudio possa ter escapado; e destaca a importância da manifestação correta e que fique de
148 aprendizado para o grupo; o conteúdo e a forma que são discutidas essas questões que ser
149 refletido na ata; nesse caso quando ele sugeriu que fosse mencionado o ponto do áudio visando
150 facilitar a localização do conteúdo. Maria Isabela (CREA-MG) dia que que são várias horas áudio
151 e pergunta ao José Edilberto (ADISMIG) se ele está propondo que a cada pessoa que se
152 manifestar seja incluído na ata exatamente o ponto do áudio que a pessoa se manifestou. José
153 Edilberto (ADISMIG) diz que sim, somente o ponto. Maria Isabela (CREA-MG) diz que pela
154 demanda de serviço que a secretaria tem, a mesma não consegue atender essa questão agora
155 e nem até o fim do ano; talvez numa nova fase de trabalho, fique a sugestão para aprimorar o
156 trabalho, mas com a demanda que a secretaria já possui hoje essa questão não é factível; mas o
157 áudio fica disponível para qualquer pessoa consultar a qualquer momento. José Edilberto
158 (ADISMIG) pergunta se pode passar todos os pontos questionados por ele para todos do grupo.
159 Débora (FIESP) esclarece que será passado. Nas linhas 27, 28 e 29, José Edilberto (ADISMIG) diz
160 que “não concordo com essa inserção, uma vez que não participei da discussão e todo contexto
161 que envolve cada posicionamento depende de outros fatores até materializar em ata” e solicita
162 a retirada do texto da ata. Débora (FIESP) responde que precisa das informações de tais atas
163 tendo em vista que essa é uma solicitação da entidade que ela representa, portanto solicitou a
164 juntada das atas do GT e Câmaras Técnicas do CBH Paraíba do Sul à 9ª Ata do GT Plano do CBH
165 Grande, comprovando a manifestação do Sr. Wagner sobre o posicionamento da FIESP,
166 conforme descrito na linha 183 da Ata da 9ª Reunião do GT Plano do CBH Grande. Wagner (ANA)
167 diz que o entendimento está contraditório; e justifica que o que ele falou foi que o
168 posicionamento da FIESP é o mesmo posicionamento que a Débora (FIESP) tem aqui no grupo;
169 Wagner (ANA) diz que para ficar registrado o levantamento foi feito através de conferência via
170 skype, que exatamente o posicionamento da FIESP de retirar a proposta de ações de rios
171 estaduais como é adotado aqui no grupo, não ao contrário divergindo sua opinião da FIESP.
172 Débora (FIESP) agradece pela explicação; diz que como se trata de uma fala dela constará em
173 ata; e que é importante o registro do Wagner (ANA) tendo em vista que não terá a juntada das
174 atas do Paraíba do Sul. Na linha 33, José Edilberto (ADISMIG) diz que “conforme manifestação
175 do grupo do Gmail, ainda não recebi nem tampouco tivemos acesso à divulgação ampla dos
176 seminários”. Maria Isabela (CREA-MG) informa que ainda não estava pronto. José Edilberto
177 (ADISMIG) concorda e diz que tais informações serão apresentadas nesta reunião, sendo assim
178 solicitação atendida. Na linha 44 e 46, José Edilberto (ADISMIG) “reitera a construção de um
179 calendário único para todos, uma vez que há previsão de duas plenárias. Contrário ao RI: Artigo
180 16 - O Plenário do CBH Grande reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma
181 reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por,
182 no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros. Parágrafo único - As reuniões ordinárias e
183 extraordinárias do CBH Grande serão públicas e em municípios localizados na bacia. ”, ou seja,
184 elaborar um calendário único para o GT, CTI, CTIL e Plenária. Na linha 52, José Edilberto
185 (ADISMIG), solicita: “mencionar quem assina o Ofício e que a Coordenadora também participou
186 dessa reunião em Ribeirão Preto ocorrida na véspera da reunião do GT Plano que ocorreu em
187 Passos-MG”; solicitação atendida. Na linha 199, José Edilberto (ADISMIG), solicita “buscar
188 complemento da fala do Luiz Eduardo, pois ele menciona que causa estranheza com essa
189 abordagem vem só agora. Que essa discussão já havia iniciado em Poços de Caldas e os órgãos
190 haviam se manifestados favoráveis, Igam, Dae”. Maria Isabela (CREA-MG) diz que foi elaborado
191 um texto referente a essa questão; solicitação atendida. Na linha 281, José Edilberto (ADISMIG),
192 diz que “considerando o: Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua

193 área de atuação: I promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular
194 a atuação das entidades intervenientes; II arbitrar, em primeira instância administrativa, os
195 conflitos relacionados aos recursos hídricos; III aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
196 IV acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências
197 necessárias ao cumprimento de suas metas; V propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos
198 Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca
199 expressão, para efeito” e pede para explicar melhor a questão na redação do texto. Aída
200 (Engecorps) diz que a redação foi alterada para: sugestão de fonte alternativa, evidenciando que
201 é uma sugestão. Na linha 442, José Edilberto (ADISMIG) solicita que seja alterado a redação:
202 “Laura, como Relatora pode assinar a resposta; solicitação atendida. Nas linhas 445, 448, 451,
203 455, 457, 461 referente a fala da Débora (FIESP), José Edilberto (ADISMIG) solicita a inclusão da
204 justificativa completa da Débora (FIESP) conforme o documento; solicitação atendida. Débora
205 (FIESP) coloca a ata para aprovação, sendo a ata aprovada por unanimidade. Dando
206 continuidade à reunião, iniciou-se trabalhos do **Item 02 – Aprovação do Relatório PP-06 –**
207 **Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo Institucional, Recomendações para os**
208 **Setores Usuários, Estratégias e Roteiro para a Implementação do Plano.** A coordenadora
209 pergunta ao grupo se todos receberam e conseguiram ter acesso ao documento e se fizeram a
210 leitura. Em seguida Débora (FIESP) pergunta a Aída (Engecorps) se pode, “para agilizar, os itens
211 que foram atendidos, só quem tiver discordância, se foi atendido ou não, mencionar, e ai a
212 gente vai para os que estão a ser discutidos pelo grupo e se pode fazer as conferências e as
213 justificativas”. Aída (Engecorps) pede para projetar a planilha do excel e diz que de moto geral
214 foi atendido grande maioria das solicitações; algumas ficaram para serem discutidas hoje, estão
215 marcadas na planilha. Débora (FIESP) diz que relação aos procedimentos tem coisa que será
216 acrescentada nessa versão; diz que ela tem algumas correções e pergunta se ela poderá fazer
217 essas correções conforme o correr das páginas. Aída (Engecorps) diz que entende que foi
218 atendido, “mas pode ser que não tenha sido bem atendido, ai a gente corrige”. Carlos Alencastre
219 (DAEE) diz que foi levantada algumas questões em relação aos PPs já aprovados pelo grupo e
220 que tais questionamento serão encaminhados para o Sr. Luiz Fernando Carneseca do
221 Departamento de Outorga do DAEE e para o Sr. Rui Brasil da Coordenadoria de Recursos Hídricos
222 (CRHI) com o objetivo de fazer uma consulta aos mesmos; diz ainda que a grosso modo ele acha
223 que não tem grandes problemas, mas é bom dar uma olhada (tendo em vista esclarecer ou
224 alterar alguma coisa que possa dar problema mais para frente). Wagner (ANA) diz que
225 praticamente tudo o que está colocado para o grupo (as diretrizes e os objetivos) a gente sentou
226 com a diretoria do DAEE em São Paulo (com as mesmas pessoas que o Carlão falou o nome ai:
227 Carneseca e com o ele) já apresentando e comungando Minas Gerais, isso já tinha sido discutido
228 previamente (foi discutido previamente com a diretoria do DAEE e IGAM); diz também que a
229 segunda questão que o preocupa é a questão de estrutura do plano (que ele acha que continua
230 ainda uma preocupação de bastidor por uma questão que não tem sentido, que é uma questão
231 quando se trata em gerencia sobre gestão estadual que não existe por lei) que vai demandar
232 uma articulação tendo em vista uma visão integrada do Grande e na legislação não existe
233 imposição (se não tiver esse entendimento na construção dessa discussão a gente começa a
234 perder tempo porque absolutamente nada pode, então ele diz que acha importante levar que
235 qualquer gestão que tenha rebatimento dentro dos estados nem por uma questão de lei é
236 impositivo, isso é uma demanda que vai recair para a direção do comitê discutir com a plenária
237 e levar para discussão, para que isso fique claro e não chegue enviesado; e a gente já conversou
238 a respeito antes de fazer a proposta pro grupo do que seria os objetivos e as metas do plano).
239 Carlos Alencastre (DAEE) diz que entende que são propostas, sendo assim a consulta seria para
240 esclarecer as dúvidas quanto a essa questão. Edgar (ANA) pergunta quanto ao retorno dessa

241 consulta. Carlos Alencastre (DAEE) diz que conversou com o Sr. Luiz Fernando Carneseca e Sr.
242 Rui Brasil da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHI) e eles ainda não receberam nada ainda;
243 diz que para pontuar questões que é preocupação do Adriano (FIESP), eles vão pegar o
244 documento, irão verificar o trecho em questão e vão responder; alguma sugestão de como foi
245 escrito, somente para tirar dúvidas. Edgar (ANA) pergunta a Carlos Alencastre (DAEE) se ele sabe
246 quando mais ou menos. Carlos Alencastre (DAEE) diz que não sabe. Adriano (FIESP) diz que na
247 linha que o Carlos Alencastre (DAEE), o jeito que se escreve, por exemplo o que a Aída
248 (Engecorps) comentou a poucos instantes (mudou no PP-05, onde estava escrito “fonte de
249 recursos FEHIDRO” para “fonte de recurso sugerido para”); é um detalhe que muda, mas esse
250 detalhe faz uma diferença grande na opinião dele; essa modificação é importante; nós estamos
251 elaborando um plano de integração, é um plano muito grande; é importante fazer essa
252 integração num todo, inclusive no comitê; não adianta fazer integração para fora e não fazer
253 integração para dentro; é muito importante ouvir os pontos de vista, porque é claro que faz
254 diferença para a gente construir e de fato atingir o objetivo que o Germano (Prefeitura Municipal
255 de Catanduva) falou; todos nós aqui temos um grande objetivo; diz que não está aqui para
256 trabalhar, que quer que aconteça e esse é o posicionamento da FIESP e de nenhum integrante;
257 agora o posicionamento contrário é natural quando se trabalha com colegiado democrático
258 como são os comitês de bacias; diz que acha uma ideia interessante fazer essa consulta para que
259 a gente possa fluir com tranquilidade. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradás)
260 pergunta se essa proposta vai mudar alguma coisa, se vai passar de novo para o GT, e se o GT
261 vai aprovar ou não. Adriano (FIESP) diz que essa questão é o contrário de querer atrapalhar, é
262 conversar agora para não continuar uma coisa que tenha que voltar atrás (retornar). Wagner
263 (ANA) diz que essa discussão cabe ao PP-07, então qualquer alteração que venha é em relação
264 ao PP-07 (consolidação do plano). Débora (FIESP) pergunta se poderá ocorrer alguma alteração
265 de conceito. Wagner (ANA) responde que a alteração conceitual estará no PP-07 (que é o plano
266 a ser aprovado); não tem sentido rever todo o plano. Débora (FIESP) diz que tem alguns pontos
267 que ela questionou como membro do grupo; esse questionamento que o DAEE irá fazer são
268 dúvidas em relação ao estado de São Paulo (que surgiu numa reunião realizada com todos os
269 membros de São Paulo); e pergunta se chegar uma resposta da consulta (que será realizada pelo
270 DAEE) que um fundo de recursos hídricos não poderá ser usado para essas ações porque os
271 comitês afluentes que irão decidir sobre esse recurso, tendo em vista que foi aprovado essa
272 questão no PP-05 e no PP-06 poderá acontecer de haver essa mudança. Débora (FIESP) reforça
273 que essa consulta será realizada para não restar dúvidas. Laura (IGAM) pergunta a Débora
274 (FIESP) se os membros de São Paulo que ela fala são do GT. Débora (FIESP) responde são os
275 membros do GT que São de São Paulo que se reuniu e o consenso foi fazer essa consulta pra não
276 restar dúvidas (não é o posicionamento do DAEE, é o questionamento da FIESP também, são
277 pontos que a gente elencou que vai levar para consulta pra não restar dúvida do que a gente vai
278 aprovar e pra não chegar na plenária e votar contrário porque não houve a consulta). Laura
279 (IGAM) pergunta se seria um subgrupo dentro do GT. Débora (FIESP) responde que não é um
280 subgrupo e que ela acha normal os estados se conversarem. Wagner (ANA) responde que todas
281 essas questões poderão ser alteradas no PP-07; o PP-07 é entregue como a consolidação de tudo
282 que foi entregue até para construir o PP-07, ou seja, devem apresentar sugestões como
283 propostas de qualquer membro do grupo para o PP-07; o que o grupo aceitar e/ou não aceitar
284 irá subir para as câmaras técnicas e para a plenária. Wagner (ANA) reforça que qualquer
285 proposta será submetida a avaliação do GT, o que não será feito é voltar nos PP-01, 02, 03, 04,
286 05 e 06, tendo em vista que qualquer alteração desse tipo será realizada no PP-07 (e o PP-07 a
287 partir de segunda feira já estará na mão de vocês), e ai o DAEE e FIESP se tiverem suas propostas
288 vai vir com sugestão para alterar dentro do PP-07, mas não vamos voltar (o PP-06 encerra hoje,

289 não vamos voltar PP-01, 02, 03, 04, 05 e 06 porque tudo isso: metas, contas de financiamento,
290 diretrizes está entrando no PP-07). Carlos Alencastre (DAEE) diz que o grupo vai construindo, se
291 existir algo para alterar poderá ser alterado no PP-07 ou nas câmaras, nada disso é deliberativo,
292 a plenária que vai decidir, não precisa ter nenhum preciosismo porque na plenária pode estar
293 modificando isso aqui, e o que ficar na plenária acabou, está encerrado; então ele acha que
294 ainda está em tempo, tranquilo; diz que o pessoal vai dar uma olhada rápida nisso, se tiver
295 alguma coisa pegando, sugerir alguma modificação no PP-07. Laura (IGAM) colocou que não
296 sabe se ela entendeu direito, mas foi criado um subgrupo dentro do GT e pergunta se será
297 manifestado como grupo ou como DAEE e FIESP. Irene (DAEE) diz que houve um desconforto
298 desde a reunião de Passos-MG e que ela colocou muito a expressão de que dentro das reuniões
299 do GT Plano a gente não consegue conversar sobre o conteúdo do plano (muito pouco se discute
300 e se nivela o conhecimento do conteúdo do plano); diante dessa questão houve uma proposta
301 de reunir a vertente de São Paulo para discutir sobre o conteúdo do plano (entendimento do
302 que acontece sobre o plano); nesta reunião foi debatido sobre o conteúdo do plano surgindo
303 algumas interrogações; dessas interrogações ficou a pergunta de quem iria responder essas
304 questões; em resposta a essa pergunta: procurar DAEE, a coordenadoria para responder essas
305 interrogações; então foi juntado esses questionamentos e perguntas para encaminhar a quem
306 deve responder. Sendo assim, Irene (DAEE) diz que coube a ela levar tais questões ao DAEE,
307 onde, ela poderia levar como Irene representante do DAEE, caso o Sr. Rui Brasil não aceitar;
308 então levaria com grupo do GT (se o GT Plano consolidar os questionamentos da vertente
309 paulista – elaborar um ofício, encaminhar para a CTI, a CTI encaminha para a Diretoria e a
310 Diretoria encaminha para a Coordenadoria de Recursos Hídricos); diz ainda que num primeiro
311 momento seria ver esses questionamentos como representante do DAEE, onde foi feita uma
312 ponte com o Carlos Alencastre (DAEE) para tentar levar tais questões ao Sr. Rui Brasil. Irene
313 (DAEE) continua dizendo os questionamentos tratam de questões semânticas, nada que leve a
314 questão de alteração, que num primeiro momento a vertente de São Paulo gostaria de certificar
315 que está sendo colocado no plano; o DAEE não está se posicionando contra nenhuma proposta
316 que está sendo colocada no plano. Laura (IGAM) discorda e diz que desde 2015 o grupo vem
317 discutindo conteúdo; foi dado esse espaço para discussão sim, tanto é que foi ampliado o tempo
318 de reunião das 09h às 12h para 1 dia e meio de reunião para discutir essa questão; a empresa
319 sempre se mostrou aberta a discutir justamente o conteúdo. Laura (IGAM) continua dizendo
320 que não está entendendo: vocês tem dúvidas em relação aos PPs passados mas agora vocês irão
321 analisar o PP-07, então as dúvidas ainda vão surgir; diz também que ela não acha certo criar um
322 subgrupo dentro do GT vertente São Paulo, porque se fosse assim ela também queria criar um
323 GT vertente Minas Gerais. Laura (IGAM) completa que não entende a necessidade, se as coisas
324 são decididas como um grupo; agora vocês estão dividindo o grupo. Carlos Alencastre (DAEE) diz
325 que ninguém está dividindo e nem foi criado nada. Laura (IGAM) pergunta se a resposta vai vir
326 do DAEE ou desse GT. Carlos Alencastre (DAEE) responde que o DAEE como órgão gestor e o
327 IGAM como órgão gestor eles têm que participarem; quem está participando aqui no grupo pelo
328 DAEE é a Irene, só que ela precisa ‘de respaldo, então o que está sendo feito é uma consulta
329 para ver se essa questão está tudo bem. Carlos Alencastre (DAEE) continua dizendo que o DAEE
330 irá se manifestar somente na questão de outorga (dentro do que foi escrito até agora) e que ele
331 é bem aberto a essa questão; se o plano está propondo uma forma de outorgar melhor do que
332 nós estamos fazendo, ele acha que está na hora do DAEE revisar tais questões; diz ainda que
333 ninguém está indo contra, só que se é colocado alguma coisa como obrigatoriedade, é
334 preocupante amanhã ser cobrado enquanto membro do grupo como que deixou tal questão
335 passar; tem coisas que são colocadas que a gente não sabe o que isso pode dar como
336 consequência mais para frente; então é somente uma consulta para que o órgão se posicione

337 se está tudo certo; ou responda por exemplo: essa palavra pode ser amenizada com isso; como
338 fonte, ao invés de colocar “fonte FEHIDRO”, pode ser colocado “como fonte pode ser FEHIDRO”;
339 ou seja, são formas de escrever que você ameniza a consequência; então não existe subgrupo,
340 não existe vertente paulista é somente uma questão dos representantes do DAEE que também
341 são membros do GT Plano se sentirem mais seguros; é uma forma da Coordenadoria de Recursos
342 Hídricos estar sabendo do que está acontecendo aqui para dar mais segurança tendo em vista
343 que foram feitos uma série de questionamentos pela FIESP e pelo DAEE também sustar em
344 dúvidas então será realizada essa consulta, rapidamente será respondido; não precisava nem
345 ser colocado aqui, mas visando dar transparência a gente está colocando; então nós vamos fazer
346 uma consulta para que o “time de lá também participe mais”, para estar acompanhando, para
347 não ser surpresa mais pra frente no que diz respeito: “como é que vocês deixaram isso aqui
348 passar”, é somente isso. Laura (IGAM) coloca que o momento de fazer isso já aconteceu no PP-
349 06; tudo bem se vai fazer no PP-07, mas diz que ela espera que isso não implique em qualquer
350 adiamento do plano ou atraso no cronograma tendo em vista que seria prejudicial para todos.
351 Carlos Alencastre (DAEE) diz que a ideia não é interferir e nem atrasar, é somente uma questão
352 de verificar se estamos caminhando com segurança. Adriano (FIESP) diz que quando se fala de
353 integração, a postura de trabalhar pode ser um pouco flexível uma vez que todos têm o mesmo
354 objetivo, partindo dessa premissa fica mais fácil. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de
355 Andradas) pergunta quando que vai ser apresentado a proposta de mudança do DAEE para o
356 grupo para ser feita a análise por esse GT; diz ainda que acredita muito na integração e
357 principalmente na seriedade e responsabilidade do GT, câmaras técnicas e plenária, todos
358 juntos lutando para que se aprove o plano diretor. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de
359 Andradas) continua dizendo que assim como vocês representam entidades, ele também precisa
360 passar essas questões a Prefeitura Municipal de Andradas. Wagner (ANA) diz que não precisa
361 estar escrito que a constituição é assim, mas mesmo assim, foi escrito várias vezes no plano; diz
362 também que o prazo para vir sugestões é o prazo do grupo para entregar sugestões pra o PP-
363 07, passando esse prazo ele não será mais analisado pelo grupo; o DAEE é um membro do grupo
364 assim como qualquer outro, e fica uma crítica: só está tendo essa discussão porque em tese o
365 DAEE já deveria estar avaliando (tendo em vista que já houve uma conversa com o DAEE em São
366 Paulo na qual pedimos para que tivéssemos acompanhamento), então é extemporânea uma
367 rediscussão do produto 4 e 5 nesse momento; por isso ele está sugerindo que cabe muito bem
368 essa discussão no PP-07, mas desde que cumprido; porque pode acontecer de deixar para
369 resolver essa questão em câmara técnica ou na plenária, de fato e legalmente pode, mas que
370 ele irá pessoalmente na plenária para desqualificar a proposta por falta de respeito com a
371 estrutura que foi montada através do plano e diz que quer deixar essa questão muito bem
372 registrada porque tem que ser cobrado, ou seja, é necessário entrar com a proposta no âmbito
373 do plano dentro do prazo do plano de trabalho; e é importante que o restante do grupo utilizem
374 esses procedimentos. Irene (DAEE) coloca que o DAEE não está contra o produto do plano e nem
375 está querendo rever posicionamento contra porque a gente tem avaliado e agora eu entro com
376 o meu posicionamento dentro do grupo para reforçar o posicionamento do superintendente que
377 deveria estar aqui, mas não está; assim como a ANA já consultou a superintendência e eles até
378 agora não se manifestaram, ela como está na base está pressionando para que eles respondam.
379 O Presidente do CBH Grande, Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva) pede licença e
380 informa precisará ir embora, pede desculpas, deseja um bom trabalho a todos e diz que o grupo
381 pode contar com a Diretoria. Dando continuidade iniciou-se a apreciação da planilha referente
382 ao PP-06 no que se refere aos pontos que ainda não foram atendidos. Na página 47, referente
383 ao item 2.6.4 Propostas, José Edilberto (ADISMIG) solicita a inserção no segundo parágrafo a
384 imprescindibilidade na participação das sociedade civil e usuários; solicitação atendida. Na

385 página 11, no item 2.4.1 Plano de Recursos Hídricos, no terceiro parágrafo, Laura (IGAM) diz que
386 é preciso discutir sobre o termo "quais usos serão protegidos"; referente a essa questão Maria
387 Luiza (Engecorps) diz que na verdade seria "quais usos será dada prioridade" que aparece no
388 artigo 7 da Lei 9.433 e não "protegido" e pergunta a Laura (IGAM), se dessa forma atende
389 melhor. Laura (IGAM) diz que sim; solicitação atendida. Na página 31, referente ao item 2.5.1.3
390 Comitê Federal de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), Laura (IGAM) diz que no
391 segundo parágrafo a FIEMG e a ABES são citadas duas vezes com representação na CTI; em
392 relação a esse apontamento Maria Luiza (Engecorps) que essa questão está certa; Laura (IGAM)
393 complementa que ela entendeu. Na página 35, Débora (FIESP) diz que está expressamente
394 previsto na lei 16.337/2016 – e pergunta se não contem, se os comitês podem fazer; e pergunta
395 ainda se não seria, então, importante ouvir o CRH a respeito para que os CBH possam posicionar-
396 se; o grupo decide por analisar essa questão posteriormente. Na página 36, Débora (FIESP) pede
397 para citar a Deliberação Mogi - 162/2016; sobre essa questão, Maria Luiza (Engecorps) solicitou
398 a Débora (FIESP) que envie a deliberação para inclusão; solicitação atendida. Na página 39, no
399 primeiro parágrafo, Débora (FIESP) pergunta se existem as deliberações; se não, pergunta quem
400 assinou o pacto tem competência e pede a inclusão de citação; Aída (Engecorps) informa que a
401 Maria Luiza (Engecorps) retirou a citação ("as deliberações que aprovam o pacto nos comitês
402 não estão disponíveis nos portais dos comitês do IGAM") a pedido da Laura (IGAM) uma vez que
403 não demandou deliberação. Maria Luiza (Engecorps) diz que irá manter essa frase; Aída
404 (Engecorps) complementa que a frase será mantida coma explicação de que não há
405 obrigatoriedade; Laura (IGAM) diz que não há obrigatoriedade para os afluentes mineiros de se
406 manifestarem em relação ao pacto através de deliberação. Adriano (FIESP) sugere para citar
407 então, o fundamento em relação ao pacto os comitês podem se manifestar e que não precisa
408 ser por deliberação. Laura (IGAM) diz que enviará o texto para explicando melhor; Maria Luiza
409 (Engecorps) pede a Laura (IGAM) para enviar ao Edgar (ANA); solicitação atendida. Na página
410 40, Débora (FIESP) diz que deve fazer antes deste plano e não depois dele aprovado, até para
411 saber se os afluentes concordam; Maria Luiza (Engecorps) diz que será atendido. Na página 48,
412 Débora (FIESP), pergunta se os signatários decidiram buscar um modelo; onde está previsto; em
413 qual ata; e se o tema já foi debatido na plenária; diz que é atribuição da CTI, conforme
414 Deliberação 13 e que já decidiu e mostrou para a plenária. Maria Luiza (Engecorps) diz que está
415 na nota de rodapé (acordo de cooperação técnica); solicitação atendida. Nas páginas 51 a 56,
416 Débora (FIESP) pede para explicar como foi o procedimento, inclusive segundo as atas; Aída
417 (Engecorps) diz que essa questão já está escrita. Débora (FIESP) propõe que poderia citar ou se
418 o Edgar (ANA) se comprometer em enviar para o grupo somente para conhecimento mesmo.
419 Aída (Engecorps) diz que o que está dito é uma grande síntese do que aconteceu. José Edilberto
420 (ADISMIG) diz que referente a essa questão, foi quando ele durante uma reunião disse que seria
421 imexível; e ele diz a Débora (FIESP) que exatamente o sentimento que ela está, remeteu a ele
422 na época, porque como ele não participou, ele não sabia do contexto e não teve acesso e
423 fazendo-se necessário buscar atualizar, ou seja, a partir disso que iniciará uma nova discussão e
424 não sabe quando. Aída (Engecorps) propõe que o Edgar (ANA) envie o documento para os
425 membros do grupo. Adriano (FIESP) diz que se houve o comprometimento da ANA tudo bem.
426 Na página 68, Débora (FIESP) pergunta se a afirmação de que os grandes usuários são
427 responsáveis pelos maiores usos refere-se a todos os demais ou somente usuários da indústria;
428 Aída (Engecorps) responde que sim. Na página 7, no sétimo parágrafo, Cristiane (ABAS) e Ceci
429 fazem uma sugestão de nova redação" Além disso, a Lei nº 9.433/1997 estabelece, em seu art.
430 4º, que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos
431 hídricos de interesse comum. Esse dispositivo estabelece uma diretriz para os entes federados,
432 no que se refere à necessidade de articulação e cooperação, no âmbito de todos os Comitês de

433 Bacia Hidrográfica que compõem a bacia do rio Grande. Sempre respeitando o inciso I do artigo
434 26º da Constituição Federal, o qual estabelece como bens dos Estados as águas superficiais ou
435 subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as
436 decorrentes de obras da União." Maria Luiza (Engecorps) diz que ela elaborou um texto para
437 tal questão e que irá ressaltá-la. Adriano (FIESP) propõe que pode constar num parágrafo ou
438 capítulo deixando claro essa questão da dominialidade para não omitir uma alternativa para
439 ficar bem claro o que se está trabalhando; Maria Luiza (Engecorps) concorda; solicitação
440 atendida. Na página 9, no último parágrafo, Cristiane (ABAS) e Ceci fazem a sugestão de suprimir
441 o último parágrafo: elas entendem que este parágrafo diz claramente que a constituição não
442 será respeitada "Importante salientar que essa situação jurídica, determinada pela Constituição
443 Federal, em nenhuma hipótese deve ser considerada como um entrave para a gestão da bacia
444 hidrográfica, mas sim como uma parte do problema a ser solucionado, o que será efetuado
445 mediante a articulação permanente entre os atores envolvidos. Não se trata de tarefa simples.
446 Mas sem ultrapassar os obstáculos colocados pela questão do domínio das águas no Brasil, fica
447 comprometido o alcance dos objetivos previstos nas Políticas Nacional e Estaduais de Recursos
448 Hídricos"; Maria Luiza (Engecorps) diz que em nenhum momento pode ser considerado como um
449 entrave; o grupo entendeu diferente da Cristiane (ABAS). Na página 22, primeiro parágrafo
450 Cristiane (ABAS) faz uma sugestão de nova redação: Inserir depois do ponto final: "Entretanto,
451 em virtude da competência em legislar sobre o recurso hídrico subterrâneo ser dos Estados, ao
452 Comitê do Grande caberá o papel de aglutinador das propostas elaboradas e aprovadas pelos
453 Estados."; solicitação atendida. Mizue Terado (SABESP) pergunta se o Aquífero Guarani é
454 estadual; Cristiane (ABAS) responde que em geral os aquíferos são estaduais. Na página 39,
455 contribuição do Odorico (FIEMG) na planilha do excel, referente ao item 2.5.4 - Proposta de
456 articulação Institucional: estabelecer mecanismos de busca de soluções para uma melhor
457 articulação das representações dos setores e segmentos para a construção de uma agenda
458 positiva; Maria Luiza (Engecorps) diz que os grupos têm que se organizar e ela não vê uma
459 regra num plano de bacia hidrográfica. Na página 47, item 2.6.4 - Agência de Bacia – Proposta,
460 de acordo com a planilha do excel do Odorico (FIEMG) sugere criar um GT para a elaboração de
461 um modelo de entidade delegaria que atenda a princípio o Comitê Federal, ficando a critério do
462 órgão gestor de cada Estado a sua adesão juntamente com os CBHs; Maria Luiza (Engecorps) diz
463 que essa questão está prevista dentro do escopo. Aída (Engecorps) diz que as solicitações das
464 páginas 58 (3.2.2 - Saneamento e Manejo de Águas Pluviais na Bacia: incluir metas de redução
465 do desperdício de água dentro do Plano; metas de redução, reutilização – simbiose – e
466 reciclagem de resíduos sólidos), 60 (estabelecer metas de curto, médio e longo prazo para
467 tratamento dos efluentes lançados pelos serviços públicos, objetivando o cumprimento da lei),
468 66 (3.3.2 - proposta para o setor da Irrigação e Agropecuária: estabelecer metas de curto, médio
469 e longo prazo para redução do consumo de água, através de novas tecnologias e o reuso de
470 efluentes domésticos e industriais) e 68 (3.3.4 - Proposta para os Usuários Industriais:
471 estabelecer metas de curto, médio e longo prazo para práticas de reuso de efluentes domésticos
472 e industriais) solicitadas pelo Odorico (FIEMG) na planilha já estão previstas no plano
473 (programas) e não vê onde acrescentar mais e pergunta se alguém tem mais alguma sugestão.
474 Na página 39, referente ao relatório 6 atualizado, Débora (FIESP) pergunta se é necessário citar
475 a resolução conjunta SMA/SRHS 001/2005. Aída (Engecorps) diz que sim; solicitação atendida.
476 Na página 46, Débora (FIESP) pede para corrigir número da lei 9.034; solicitação atendida. Na
477 página 47, Débora (FIESP) solicita alterar a redação do primeiro parágrafo; já define que será
478 Agência Única. Maria Luiza (Engecorps) diz o entendimento da consultoria a melhor alternativa
479 é a agência única (uma duplicidade de agência torna muito mais complicado o processo).
480 Wagner (ANA) diz que essa é uma proposta para entendimento do comitê mais pra frente.

481 Adriano (FIESP) pergunta se já está decidindo o modelo de agência. Wagner (ANA) diz que
482 tecnicamente essa questão já foi conversada no grupo e poderá ser discutida de novo como
483 proposta para o futuro, uma vez que é muito mais lógico ter uma agência única; até por uma
484 questão que a FIESP defende na televisão todo dia: da eficiência e a economicidade. Wagner
485 (ANA) complementa que se pudesse decidir essa questão hoje o ideal era ter uma agência única.
486 Adriano (FIESP) diz que a FIESP defende em primeiro lugar a legalidade. Wagner (ANA) diz que
487 existe alguns entraves no caminho, inclusive a legalidade, mas que essa questão está
488 extremamente bem construída no sentido de olhar onde se quer chegar como agência de bacia.
489 Débora (FIESP) diz que existe uma outra citação na página 54 que trata da agência única
490 também; e complementa que está questionando não o conteúdo, mas a forma como está
491 escrito. Na página 48, referente as atribuições dos CBHs, Débora (FIESP) pede para referenciar
492 as leis, fontes, etc.; solicitação será atendido. Na página 50, Débora (FIESP) solicita acrescentar
493 uma tabela síntese com atribuições, vantagens, etc.; solicitação atendida. Na página 61, Débora
494 (FIESP) pede para acrescentar a criação de GT para discutir o assunto, conforme previsto no
495 relatório de metas no item 2.6.7 Propostas. Wagner (ANA) na elaboração do PP-06 foi realizada
496 uma discussão a partir de uma conversa com o DAEE; então o primeiro grupo que irá ser criado
497 (muito provavelmente ligado a CTI) para discutir modelo de agência e previamente ira ser
498 constituído um grupo para elaborar proposta que será objeto desse segundo grupo; o grupo
499 estratégico será uma conversa de direções primeiro (1 ano) para oferecer um caminho para o
500 grupo de agência do comitê; não será esse grupo que vai definir a agência, esse é um grupo
501 prévio que irá lapidar a primeira proposta, porque você criar um grupo direto para o comitê sem
502 saber as posições das direções do IGAM, do DAEE e da ANA sobre o que que pode acontecer
503 inclusive com a questão legal, seria criar uma grupo para ficar “patinando” sem definir nada. Na
504 página 63, último parágrafo, Débora (FIESP) pergunta o que quer dizer “com destaque”. Wagner
505 (ANA) diz que esse destaque é no sentido de dar um destaque ao município para atender a
506 gestão de solo na bacia. Aída (Engecorps) diz que exatamente o que o Wagner (ANA) falou e
507 complementa que “em destaque” quer dizer uma atuação mais destacada. Na página 78, Débora
508 (FIESP) pede para rever o segundo parágrafo, tendo em vista que ela considera esse parágrafo
509 desnecessário (avaliação crítica do estado de São Paulo). Wagner (ANA) diz que pode ser
510 elaborada uma redação curta só com a sugestão. Aída (Engecorps) diz que irá reescrever esse
511 parágrafo. Na página 88, Débora (FIESP) pede para rever a imposição da agência única. Na página
512 102, Débora (FIESP) solicita revisão da figura 4.6, onde constam os percentuais de aplicação de
513 recursos. Aída (Engecorps) diz que irá excluir os percentuais. Débora pergunta se o produto está
514 aprovado com a ressalva da consulta; o grupo concorda. Dando continuidade passou-se para a
515 apreciação **Item 03 – Apresentação do formato e programação da mobilização nos comitês**
516 **afluentes pela empresa.** Jana Alexandra (Profill) apresenta a equipe do Consórcio Profill/Fato
517 responsável pelos Seminários de Mobilização da Bacia do Rio Grande; em seguida apresenta a
518 sequência de eventos do Plano de Mobilização Social, que nesta fase consiste na realização dos
519 Seminários Regionais Prognóstico e Plano de Ações (13 eventos para 14 bacias afluentes), onde
520 o Plano de Ações visa obter contribuições junto aos CBHs afluentes sobre as ações que constarão
521 no PIRH Grande, definindo visões de futuro e indicando prioridades. Jana Alexandra (Profill)
522 apresenta também a agenda e a programação dos Seminários Regionais, bem como o processo
523 de mobilização: a) visita aos Comitês Afluentes para apresentação do Consórcio e
524 encaminhamento das atividades de mobilização e organização dos eventos; b) Contatos com os
525 Comitês Afluentes por telefone para agendamento dos Seminários Regionais; c) Articulação com
526 os Comitês Afluentes para mapeamento e indicação de outros atores no processo de elaboração
527 do PIRH; d) Encaminhamento de convites via e-mail aos membros dos Comitês Afluentes e
528 Sociedade Civil, e e) Ações junto à mídia por meio de assessoria de imprensa com a utilização de

529 mídias sociais e meios de comunicação, visando estimular a participação dos atores mapeados.
530 Em seguida ela apresentou os aspectos metodológicos a partir do processo de elaboração da
531 Matriz GUT: 1ª – Listagens ações – Equipe técnica que está elaborando o PIRH Grande irá
532 apresentar e explicar à plenária cada um dos problemas/ações listadas; 2ª – Divisão da Plenária
533 em grupo - de 01 a 03 grupos para discussão das ações/programas; 3ª – Pontuação
534 Ações/Programas – cada grupo irá ranquear as ações/programas considerando o grau de
535 gravidade, de urgência e tendência em uma escala de cinco pontos; 4ª – Consolidação dos
536 resultados – consolidar o resultado dos grupos em uma única matriz e 5ª – Apresentação e
537 pactuação – apresentar para o grande grupo a consolidação e pactuar o resultado – gerando a
538 Matriz final do CBH Afluente. Adriano (FIESP) diz que o PP-05 já possui esses programas e ações
539 no cronograma (datas) e pergunta se vai haver alguma interferência nessa questão ou se são
540 distintas. Para fundamentar a pergunta do Adriano (FIESP), Débora (FIESP) pergunta o que irá
541 interferir quando vier o resultado dos seminários para o GT; pergunta ainda se virá somente a
542 tabela de curto médio e prazo para que o grupo possa entender o que esse ranking irá trazer
543 para o grupo e também como ele será materializado dentro do relatório. Wagner (ANA) diz que
544 objetivamente, o ranking será usado para construir o manual operativo (as principais ações) em
545 duas questões: o ranking de demanda política (comitê) e será realizado também oficinas de
546 órgãos gestores (ANA, DAEE e IGAM) para tratar da exequibilidade, porque não adianta priorizar
547 plano de ação no manual operativo se não tiver recurso para execução e nem capacidade técnica
548 nos órgãos que irão executar; então o resumo será aplicado na oficina técnica em todas as áreas
549 da ANA que no primeiro momento irá garantir o maior aporte dos recursos da bacia e convidar
550 o DAEE e o IGAM para verificar a exequibilidade das ações. Débora (FIESP) pergunta se não irá
551 alterar nada com relação ao tempo previsto nas metas dos programas. Wagner (ANA) diz que
552 todos os programas prevê as ações de curto prazo; diz ainda que a ideia é tirar em média umas
553 15 ações que o comitê entenda que seja prioridade e aprofundar no detalhamento juntamente
554 com a capacidade de executar; se tiver ações que o comitê elencar que a área técnica
555 responsável da ANA identificar que não será possível realizar tal questão em dois anos irá ser
556 mudado a prioridade tecnicamente, uma vez que essa questão estará explicado e justificado no
557 manual operativo; então a principal resultado dessa questão é para aplicação no manual
558 operativo. Aída (Engecorps) diz que aquilo que o plano propõe em curto prazo para o plano
559 continua sendo no curto prazo e explica que o que vai sair daqui são aquelas ações urgentes
560 (prioritárias). José Edilberto (ADISMIG) pergunta se existe a possibilidade de disponibilização do
561 material impresso. Jana Alexandra (Profill) responde que todo material será disponibilizado ao
562 comitê. Wagner (ANA) pergunta a Jana Alexandra (Profill) se no quadro ao invés de “grandes
563 programas” poderia fazer a alteração para “41 ações”. Débora (FIESP) diz que parece pesado.
564 Jana Alexandra (Profill) responde que ela também acha que 41 ações é uma questão bem pesada
565 para se fazer. Aída (Engecorps) diz que o problema é que os programas estão divididos em várias
566 atividades, do jeito que eles estão propostos algumas atividades do mesmo programa estão em
567 curto prazo (até para encaminhar as de médio e de longo prazo); no momento que é colocado
568 o programa inteiro para discussão ela tem receio de causar uma confusão na questão
569 programática, tendo em vista que existem programas com seis ações (seis atividades), outros
570 com duas, outros com três; segundo ela colocar o programa todo para ser avaliado poderá
571 causar uma certa confusão tonando a discussão complicada. Débora (FIESP) pergunta como que
572 será feito com as ações que são consequências uma da outra. Adriano (FIESP) diz que até
573 entende a importância de discutir, mas diz que os participantes teriam que ter a oportunidade
574 de conhecer o que está sendo debatido, agora levar a ideia e o programa dentro de um grupo
575 maior (instrumento, gestão, governança) essa questão pode ser conversada com os grupos que
576 serão constituídos; agora ação do comitê do Grande para os comitês afluentes não seria viável

577 nesse momento na leitura dele. Tânia (ANA) pergunta para Jana Alexandra (Profill) se é possível
578 aumentar as ações e como será feito para trabalhar essa questão. Jana Alexandra (Profill)
579 responde que considera pouco tempo tanto para recepção da atividade como também na
580 questão de esclarecimento. José Edilberto (ADISMIG) diz que o que ele temia irá acontecer; nós
581 iremos criar expectativa no comitê de participação deles no resultado (eles como atores irão dar
582 contribuições, ou seja, a partir do momento da divulgação, terão direito de manifestar e pontuar
583 os problemas), só que estamos partindo do específico para o particular, a partir do que a Aída
584 (Engecorps) acabou de colocar aqui; nós já temos uma visão macro do que se pretende; quando
585 for apresentada a tabela definida, a partir do momento que ele como sabedor dos problemas
586 (drenagem, macro e micro qualidade da água); ele diz que quer ver essa questão na expectativa
587 dos locais transformados em ação, só que irá trazer num formato pronto; quando é apresentado
588 essa questão a crítica maior dele é antes de apresentar o quadro que ouçamos o público que
589 estarão nos seminários, porque ele pode trazer uma novidade que não está prevista aqui);
590 provoca as pessoas que querem dar sua contribuição sendo que o inverso já está ali sugerido
591 para colocar uma nota cinco, ai participa do grupo, faz o ranking e faz uma média; esse processo,
592 essa ferramenta induz as pessoas ao resultado; então se for dessa forma, não tenham dúvidas,
593 essa questão irá acontecer. José Edilberto (ADISMIG) continua dizendo que para impedir que
594 essa questão aconteça é necessário ouvir antes de apresentar o quadro para que a equipe esteja
595 preparada (inclusive hoje ele pensou que seria feito um laboratório com os membros do GT),
596 porque se é apresentado sem ouvi-los talvez o quadro já estará pronto, esse é o receio e está
597 materializado; José Edilberto (ADISMIG) conclui dizendo que fica ai a sugestão dele já reiterando
598 as críticas anteriores no sentido de termos um resultado; porque por exemplo, no GD 6, eu
599 quero que os atores que estão sofrendo (que estão sem a possibilidade de serem ouvidos)
600 participem; só que na visão que ele está colocando em nenhum momento esses atores vão
601 poder encaixar essa questão no resultado e pede para que o grupo pense nisto, porque o
602 resultado será sabido. Jana Alexandra (Profill) coloca que em outros trabalhos que ela realizou
603 já houve situações onde se chegou com x programas a serem ranqueados e se saiu com x+2;
604 então são questões que devem ser discutidas entre nós, se essa questão estará aberta ou não
605 nos seminários; se na discussão qualificada for visualizado uma questão desse tipo, podemos
606 definir aqui se será ou não acatado. Wagner (ANA) diz que não se faz um diagnóstico desse
607 tamanho (que segundo ele foi o melhor diagnóstico elaborado na história da ANA) para depois
608 desconsiderar tal cenário para ouvir uma opinião localizada; isso não existe no plano de bacia, a
609 base para resolver os problemas é o plano; aliado a essa questão, (mesmo assim existem
610 algumas questões que são políticas que podem aparecer, ou não) tem questões das oficinas que
611 tem a ver com essas ações, existem algumas ações que não foram identificadas tecnicamente e
612 que pode haver a necessidade de votar no plano e mexer, essa é uma preocupação que se deve
613 ter sim; mas em via de regras o que está proposto no programa de ações está fechado; a
614 discussão nessas oficinas é priorizar o que vem primeiro; Wagner (ANA) diz que desde o primeiro
615 da discussão desse plano o discurso foi de não vender ilusão, a ideia de elaborar um manual
616 operativo é mostrar o que é a vontade do comitê juntamente com aquilo que é exequível. José
617 Edilberto (ADISMIG) diz que a respeito do que o Wagner (ANA) falou, so para esclarecer a fala
618 dele em relação a expectativa quando se provoca a sociedade, de ter cuidado com a surpresa e
619 precisamos saber como vai lidar (porque você provoca, convida a participar; o discurso e a forma
620 que vai ser conduzido que tem que ser muito bem tratado para não frustrar). Laura (IGAM), diz
621 que sobre a programação nos dias em si, na apresentação do PIRH, ela diz que olhando a matriz
622 ela não vê que seja produtivo colocar as ações realmente e pergunta se essas ações serão citadas
623 (pelo menos) no dia do evento. Laura (IGAM), sugere que na apresentação se suscitar dúvidas
624 dos participantes detalhar cada ação. Laura (IGAM) diz ainda que ela não sabe se está previsto

625 citar o componente ou detalhar as ações na apresentação; ou se o participante perguntar tal
626 questão irá ser levantada. Wagner (ANA) diz (a título de consulta) dentro do que a Laura (IGAM)
627 falou, que será entregue um material e se poderia ser anexado a esse material as questões que
628 a Laura (IGAM) pediu: as ações que estão relacionadas a esses programas. Wagner (ANA)
629 complementa que essa questão resolveria um pouco da preocupação dela. Juliana (Profill) diz
630 que acha importante a impressão em tamanho grande desse quadro para que se consiga
631 perceber a quantidade de ações que existem, visando a visualização/noção dos programas e
632 para entender a complexidade do trabalho com um todo. Aída (Engecorps) diz que é importante
633 deixar claro que no programa foram definidos objetivos e metas (concreto); o programa não é
634 o que parece ser pelo seu nome; diz que é importante conter um slide na apresentação (como
635 apoio) com o programa contendo as atividades. Jana Alexandra (Profill) diz que já estava previsto
636 no material o resumo e que o restante das informações solicitadas e quadro geral serão
637 acrescentadas. Adriano (FIESP) diz que os comitês afluentes ainda não tem essa informação
638 sobre o Grande e nesse sentido chegar para o comitê afluente para opinar o que teria que
639 priorizar com ações que irão interferir nos comitês afluentes, essa preocupação que ele tem
640 desde o início onde a integração tem que ser realizada dos dois lados e não uma “enfrentação”;
641 essa questão é o que foi colocado pelo José Edilberto (ADISMIG), dentro da ideia que já
642 aconteceu uma manifestação de acrescentar e incluir, mas que poderia ter sido muito melhor
643 de fato, por isso que ele pediu para apresentar o documento e como foi muito rápido (urgente),
644 a convocação chegou para mim sexta-feira 17h15 para a reunião na segunda-feira as 9h, isso na
645 passada; nessa muitos não receberam; então, até se conseguir explicar isso nos comitês
646 paulistas que já possuem um nível de funcionamento que exige essa autonomia pode surgir
647 questionamento; então propor ações para os comitês afluentes sem ter feito um trabalho de
648 divulgação e de organização dessa questão no comitê afluente poderá trazer uma situação mais
649 complicada, por isso ele ficaria mais restrito aos programas, é verdade que não dá para entender
650 essas ações somente pelos programas levando em consideração a necessidade de olhar o PP-
651 05; mas se não der oportunidade para os membros fazerem essa análise, ele acredita que poderá
652 ter problemas nas apresentações; jogar para o comitê uma questão pronta o comitê não irá
653 concordar, ele irá questionar. Aída (Engecorps) diz que pelo grupo conhecer mais o trabalho está
654 criando uma complicação talvez desnecessária; o que a gente pode fazer é manter os programas
655 como objeto da análise da priorização e dentro dos programas as atividades de curto prazo. José
656 Edilberto (ADISMIG) diz que está sendo falado de domínio, quando o Adriano (FIESP) fala de
657 chegar lá e fazer uma enfrentação, seria uma inferência; a agência estará delegando um recado
658 ou sendo porta voz de um plano que está para ser implantado sem consultar a parte interessada.
659 Retomando sua fala inicial, José Edilberto (ADISMIG) diz que é necessário estar preparado para
660 surpresas tendo em vista que aqui é o local de considerar essa possibilidade; diz ainda que
661 quando ele colocou no e-mail que ele encaminhou referente a divulgação convocando toda a
662 sociedade é nesse ponto: “porque já existe o cronograma pronto; chega lá e pergunta o que veio
663 fazer aqui; o quadro está aqui nós vamos só definir; mas está dentro da minha casa; alguém está
664 fazendo promessa para eu cumprir; nesse ponto que a gente tem que tomar cuidado, é só isso
665 que eu chamei a atenção; não estou discordando de ninguém”. Débora (FIESP) pergunta a José
666 Edilberto (ADISMIG) se ele acha que a proposta não atende. José Edilberto (ADISMIG) responde
667 que atende mas necessita desse reparo; a questão está na preparação. José Edilberto (ADISMIG)
668 pergunta a Jana Alexandra (Profill) se ela está representando a ANA ou a Profill e se a ANA
669 delegou para outra pessoa. Jana Alexandra (Profill) responde que não estará sozinha, que estará
670 em uma equipe integrada. Wagner (ANA) diz que essa questão remete a um problema que ele
671 falou ontem com a Diretoria, o comitê não se reúne para discutir o plano (esse é um problema
672 que eu conversei ontem com o Germano); toda vez que surge essa discussão de afluente, em

673 tese o Comitê do Grande ele é um comitê de integração você tem representantes de afluentes
674 que deveriam estar em comunicação e na prática não está acontecendo porque o Comitê do
675 Grande (plenária) não está acompanhando o plano (plenária). Wagner (ANA) diz que é óbvio
676 que há preocupação, mas diz que não está mexendo na proposta, que para ele a proposta segue;
677 mas diz que irá em três reuniões e qualquer dúvida que houver nessas reuniões de sentimento
678 de sobreposição ou qualquer coisa, cabe a ele explicar (e dar exemplo dentro da bacia)
679 detalhadamente (essa questão é absolutamente fundamental) porque qualquer assunto que
680 interfira naquela reunião passa necessariamente por uma negociação com aquele comitê; diz
681 ainda que ele acha a equipe deve estar preparado para essas divergências; explicar para as
682 pessoas que tudo foi elaborado a partir do diagnóstico (e que o diagnóstico tem uma
683 apresentação prévia); continua dizendo que essa questão preocupa ele, mas é uma questão que
684 a gente tem condições de tocar sem enfrentamento e sem desintegração. Wagner (ANA) diz que
685 na posse da Diretoria, essa questão foi uma das coisas que ele pediu; para o comitê se reunir
686 mais para apresentar o plano do Grande, para o comitê estar bem entrosado para quando
687 chegar nos afluentes e a resposta que ele teve foi de que: “nós não seríamos tutelados pela
688 ANA”, diz ainda que está gravado em ata inclusive. Wagner (ANA) diz que pediu ontem para o
689 Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva) para que a gente se reúna mais, não sendo
690 necessário fazer uma plenária só para aprovar o plano, e propõe fazer plenárias para discutir o
691 plano, antes de levar para a aprovação; e essa era a ideia quando foi elaborado o plano de
692 referência, que em toda plenária a gente vinha e apresentava tirava as dúvidas. Wagner (ANA)
693 diz que comentou com o Adriano (FIESP) que qualquer sugestão que ficar registrado em ata que
694 não entrar no plano essa questão pode servir para a reprovação do plano no final. Maria Isabela
695 (CREA-MG) pede para Wagner (ANA) citar a reunião e quem falou a questão mencionada por
696 ele, que não haveria mais reuniões das quais você estaria solicitando, tendo em vista a alteração
697 na Diretoria somente para ficar claro que foi. Wagner (ANA) diz que pediu claramente no
698 microfone quando a nova Diretoria assumiu para que tivesse uma reunião no mês seguinte o
699 Hélio pegou o microfone e falou que não seria tutorado pela ANA, diz que ele ficou quieto
700 porque ele percebeu que era uma deliberação do comitê; mas quando a gente percebe que a
701 informação não está chegando nos afluentes, a própria plenária não conhece o plano, ele diz
702 que essa questão o incomoda profundamente, tudo que ele não quer é que o plano seja uma
703 caixa isolada e porque isso causa uma frustração a ele como cidadão. Maria Isabela (CREA-MG)
704 diz que só pediu ao Wagner (ANA) para fazer essa colocação de forma mais clara, tendo em vista
705 que o Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva) tem o pensamento um pouco diferente;
706 ele entende a necessidade de se fazer mais reuniões, tanto que, ontem a Diretoria definiu um
707 calendário com mais reuniões plenárias. Débora (FIESP) pergunta se já existe reunião prevista.
708 Maria Isabela (CREA-MG) diz que sim. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas)
709 pergunta se Maria Isabela (CREA-MG) irá informar. Maria Isabela (CREA-MG) diz que irá
710 informar. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas) pergunta qual situação ficará a
711 Profill, tendo em vista que o calendário dos seminários inicia-se na segunda-feira próxima; para
712 concluir Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas) diz que concorda com a Maria
713 Isabela (CREA-MG) e que ele ia propor mais reuniões, uma vez que as mesmas serão necessárias
714 para esclarecimento. Tânia (ANA) diz que referente as planilhas dos seminários, existem ainda
715 três locais (Lavras, Cambuí e Campos do Jordão), sendo que o Caio sem apoio da Diretoria e do
716 GT Plano; como informação complementar, Tânia (ANA) diz que ontem na reunião da Diretoria,
717 o Sérgio Leal (ABHA) informou que poderia custear (apoio financeiro) para o membro do GT
718 Plano; diz que gostaria de aproveitar para fazer um esforço nesta reunião pra fechar a planilha;
719 para reforçar ela diz também que seria muito importante de fato uma representação do GT,
720 porque inclusive para fazer um recorte com os demais membros do grupo de como foram as

721 discussões, se foi alcançada ou não; se a forma como foi colocado foi produtivo ou não; então
722 ela pede mais uma vez que seria muito importante a representação dos membros do GT uma
723 vez que está sendo custeado. José Edilberto (ADISMIG) diz que embora a Tânia (ANA) esteja
724 cobrando a disposição da planilha, ele acha que fundamental em assertividade e propõe a
725 postergação de pelo menos duas semanas para poder melhorar a divulgação; antes de chegar a
726 planilha ele já tinha se manifestado no grupo referente a divulgação; chamando a participação
727 pública nesta etapa; para não ficar restrito ao grupo; expõe ainda que é somente uma sugestão
728 para melhorar a assertividade. Jana Alexandra (Profill) diz que foi feito um processo de
729 comunicação (existe registro desta fase) onde uma equipe está responsável por essa questão; a
730 assessoria de imprensa está divulgando o evento em todos os municípios nos quais serão
731 realizados e nas regiões que abrangem esses municípios; e no final termos um relatório que
732 vocês poderão avaliar também. Jana Alexandra (Profill) diz que a equipe está fazendo contato
733 com todos os membros e pedido aos comitês afluentes que pudesse fazer o reforço do convite.
734 Maria Isabela (CREA-MG) diz que no e-mail dela não recebeu nenhum convite. Juliana Tonet
735 (Profill) diz que a equipe recebeu as listagens dos comitês afluentes e foram enviados para o
736 mailing list que a recebemos dos comitês, além disso foi feito alguns contatos telefônicos aos
737 órgãos e entidades que entendemos que era necessário reforçar esse convite; dos e-mails que
738 ela acompanhou era para ter ido para todos os comitês; e solicita que se não foi para alguém
739 por favor avisa-la para que ela possa confirmar tal questão agora. Tânia (ANA) diz que a logística
740 e o deslocamento dos membros do GT serão custeados pela ABHA para a participação nos
741 seminários, conforme a fala do Presidente da ABHA, Sérgio Leal na reunião da Diretoria; Tânia
742 (ANA) diz que tal informação, foi confirmada através do Ricardo (ABHA) que é o Assessor de
743 Comunicação do CBH Grande (tendo em vista que os membros do GT estarão representando o
744 comitê nos seminários a ABHA daria o apoio financeiro aos membros do GT que se
745 disponibilizassem a ir nos seminários). Com relação a planilha, ficou definido: Lavras – Carlos
746 Wagner; Cambuí – José Edilberto (a confirmar); Campos do Jordão – Caio (a confirmar). Tânia
747 (ANA) pede para os membros do GT confirmar recebimento do e-mail referente ao material que
748 a equipe da Profill encaminhará para os mesmos. Maria Isabela (CREA-MG) informa que a
749 próxima plenária do CBH Grande está agendada para o dia vinte e cinco de agosto de dois mil e
750 dezessete, na cidade de Poços de Caldas para aproveitar a logística da próxima reunião do GT
751 Plano que está prevista para o dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezessete. No **Item 04**
752 – **Informes dos conselheiros**, José Edilberto diz que após a reunião de Passos, ele solicitou que
753 passe a integrar nas atas: “1- o volume de áudio gravado em cada reunião bem como a
754 localização do arquivo original”. Maria Isabela (CREA-MG) diz que referente ao volume de áudio
755 gravado em cada reunião irá ser atendido. José Edilberto (ADISMIG): “2- Que em cada
756 manifestação "que conste na ata", que seja "consignada em ata" deva constar o ponto da
757 gravação original para facilitar a localização e pesquisa no arquivo, pois, muito tem sido dito e
758 precisamos evidenciar decisões e manifestações”. Débora (FIESP) pergunta se é possível
759 disponibilizar o áudio. Maria Isabela (CREA-MG) diz que o link do áudio pode ser disponibilizado.
760 José Edilberto (ADISMIG): “3- Que toda demanda gerada para a ABHA diretamente seja
761 respondida para todos os membros do GT, garantindo assim a transparência de todo o processo,
762 bem como a idoneidade dos gestores”. Maria Isabela (CREA-MG) diz que referente as demandas
763 geradas, quando ela recebe uma demanda especifica de uma pessoa ela responde
764 especificamente para aquela pessoa. Débora (FIESP) diz que concentrou todas as demandas na
765 secretaria executiva porque as vezes ela recebia alguma informação no grupo do Gmail, mas ela
766 estava na estrada; então ficava dois três dias porque ela só tem acesso a esse grupo em casa;
767 sendo assim, para ficar registrado foi concentrado na secretaria executiva para não perder o
768 controle. José Edilberto (ADISMIG) diz que o grupo não possui um meio de comunicação efetivo.

769 Maria Isabela (CREA-MG) diz que todos os membros têm recebido todas as comunicações. José
770 Edilberto (ADISMIG) diz que não recebeu em hora nenhuma a programação do seminário. Maria
771 Isabela (CREA-MG) diz que ela também não recebeu. José Edilberto (ADISMIG) diz que em
772 síntese o grupo não tem um meio de comunicação eficaz e propõe como sugestão a definição
773 de tal meio de comunicação. Maria Isabela (CREA-MG) diz ao José Edilberto (ADISMIG) que se
774 existe uma comunicação que ele não recebeu que está sob responsabilidade da Profill que ela
775 não tem controle disso. José Edilberto (ADISMIG) sugere que seja definido e que seja
776 convencionado a forma correta de comunicação de modo que todos tenham acesso. Isabela
777 (CREA-MG) diz que a forma correta de comunicação é encaminhar para a secretaria para ela
778 disparar. O áudio do tipo MP3 desta reunião possui o tempo de cinco horas, sete minutos e onze
779 segundos. Nada mais a tratar, encerro esta ata, Aline Luciana Dias, constando que a Lista de
780 Presença é parte integrante deste documento.